



# **REGULAMENTO DO FORMANDO**

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE CABELEIREIROS E ESTÉTICA DE BRAGA



## **ÍNDICE**

	<b>Pág.</b>
<b>CAPÍTULO I</b>	
<b>DISPOSIÇÕES GERAIS</b>	<b>2</b>
<b>CAPÍTULO II</b>	
<b>DIREITOS E DEVERES DO FORMANDO</b>	<b>3</b>
<b>CAPÍTULO III</b>	
<b>CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO DAS ACÇÕES DE FORMAÇÃO</b>	<b>4</b>
Secção I - PRINCIPIOS GERAIS	4
Secção II - ASSIDUIDADE, PONTUALIDADE E FALTAS	5
Secção III - SEGURANÇA E HIGIENE	7
Secção IV - ACIDENTES OCORRIDOS NAS ACTIVIDADES DE FORMAÇÃO	8
<b>CAPÍTULO IV</b>	
<b>REGIME DISCIPLINAR</b>	<b>8</b>
Secção I- EXERCÍCIO DO PODER DISCIPLINAR	8
Secção II- PROCESSO DISCIPLINAR	12
<b>CAPÍTULO V</b>	
<b>CESSAÇÃO DO CONTRATO DE FORMAÇÃO</b>	<b>14</b>
<b>CAPÍTULO VI</b>	
<b>DISPOSIÇÕES FINAIS</b>	<b>15</b>



## **CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS**

### **Artigo 1º (Objeto e Âmbito)**

1. O presente Regulamento é aplicável aos formandos, jovens ou adultos, que frequentam ações de formação Profissional promovidos ou realizados pelo E.F.P. (Escola de formação Profissional) da Associação Portuguesa de Cabeleireiros e Estética de Braga.
2. O presente Regulamento estabelece, designadamente:
  - a) Os direitos e deveres dos Formandos
  - b) As condições de funcionamento das ações de formação
  - c) O regime disciplinar

### **Artigo 2º (Formando)**

1. Para efeitos deste Regulamento, o Formando é toda e qualquer pessoa que frequente uma ação de formação profissional, com vista à aquisição de conhecimentos, capacidades práticas, aptidões e formas de comportamento requeridos para o exercício de uma profissão ou grupos de profissões.

### **Artigo 3º (Contrato de Formação)**

1. A admissão do formando para a frequência de uma ação de formação profissional está subordinada à sua inscrição na Associação ou Escola e sujeita a processo de orientação profissional, concretizando-se com a celebração de um Contrato escrito.
2. O contrato de formação é um acordo celebrado entre a Escola de Formação profissional acreditada e o Formando
3. O Contrato de formação está sujeito a forma escrita e deverá ser assinado pelos representantes da entidade formadora e pelo formando, bem como pelo seu representante legal, no caso de ser menor.
4. A celebração, prorrogação e cessação do Contrato de Formação deverão ter em conta as normas e procedimentos definidos para cada modalidade de formação.
5. A celebração do Contrato de Formação é sempre obrigatória, independentemente da modalidade de formação ou da respetiva duração total da ação.
6. O Contrato de Formação não gera nem titula relações de trabalho e caduca com a conclusão da ação de formação objeto do contrato.
7. O presente Regulamento constitui, para todos os efeitos, parte integrante do Contrato de Formação



## **CAPÍTULO II**

### **DIREITOS E DEVERES DO FORMANDO**

#### **Artigo 4º** **(Direitos)**

1. Nos termos do presente regulamento o formando tem direito a:
  - a) Participar no processo formativo, de acordo com os programas estabelecidos, desenvolvendo as atividades de aprendizagem integradas no respetivo perfil de formação;
  - b) Ver reconhecidas e valorizadas as competências adquiridas em contexto não formais ou informais, na definição da sua trajetória individual de formação;
  - c) Ser integrado num ambiente de formação ajustado ao perfil profissional visado, no que se refere a condições de higiene, segurança e saúde;
  - d) Obter gratuitamente no final da ação, um certificado, nos termos da legislação e normativos aplicáveis;
  - e) Receber informação e orientação profissional quando o seu perfil o justificar;
  - f) Beneficiar de um seguro contra acidentes ocorridos durante e por causa da formação, nos termos previstos no art.º 11.º do presente Regulamento.
  - g) Aceder, prioritariamente, a nova ação de formação que se inicie imediatamente após o termo do impedimento, quando não tenha concluído a formação por motivos a si não imputáveis, designadamente, por faltas relacionadas com proteção na maternidade e paternidade, nos seguintes termos:
    - No Sistema de Aprendizagem, os formandos terão acesso à formação no início do ano de formação em que se deu o impedimento;
    - Nas restantes ações os formandos serão integrados na Unidade capitalizável que frequentavam aquando do impedimento
  - h) Aceder ao processo individual, o qual inclui todos os factos relevantes ocorridos durante a sua formação, designadamente, data de início e fim da formação, resultados das provas, assiduidade e eventuais medidas disciplinares;
  - i) Ver respeitada a confidencialidade dos elementos constantes do Dossier técnico-pedagógico;
  - j) Requerer no prazo de 30 dias, nova prestação de provas de exame final, desde que o tenha realizado sem sucesso, sendo a decisão tomada com fundamento no parecer da Equipa Técnico-pedagógico;
  - k) Requerer a emissão de uma declaração, atestando a frequência e a duração da ação de formação, designadamente, quando sujeito ao cumprimento do Serviço Militar, ou quando não tenha concluído a ação ou tenha concluído, não tenha obtido aproveitamento.
  - l) Os Formandos têm, ainda, direito a eleger representantes do curso/ação para efeitos de articulação.

#### **Artigo 5º** **(Deveres)**

1. Constituem deveres do Formando:
  - a) Frequentar com assiduidade e pontualidade as atividades formativas tendo em vista a aquisição das competências visadas;



- b) Tratar com urbanidade os representantes e trabalhadores da escola ou da entidade formadora, os formadores e demais participantes com quem se relacione durante e por causa da formação;
  - c) Utilizar com cuidado e zelar pela boa conservação dos equipamentos e demais bens que lhe sejam confiados, para efeitos de formação,
  - d) Cumprir as disposições de segurança, higiene e saúde, determinadas pelas condições de desenvolvimento da formação;
  - e) Cumprir as diretivas emanadas pelos órgãos de coordenação e gestão da Escola ou da Entidade Formadora e os regulamentos internos em vigor;
  - f) Responsabilizar-se individualmente e/ou coletivamente por todo qualquer prejuízo ocasionando, voluntariamente ou por negligência gravosa, nomeadamente em instalações, máquinas, ferramentas, utensílios ou outro material;
  - g) Responder nos prazos fixados aos inquéritos que lhe forem dirigidos;
  - h) Informar a escola ou Entidade Formadora sempre que verificarem alterações dos dados inicialmente fornecidos, nomeadamente o da residência;
  - i) Abster-se da prática de todo e qualquer ato de que possa resultar prejuízo ou descrédito para a Escola ou Entidade Formadora;
  - j) Cumprir os demais deveres emergentes do Contrato de Formação.
  - k) Efetuar o pagamento, se devido, até ao dia 8 de cada mês, com pena de multa de dois euros por dia de incumprimento.
2. Constituem deveres especiais dos Formandos:
- a) Não praticar jogos de azar ou fortuna nas instalações da escola ou Entidade Formadora;
  - b) Não se apresentar nem permanecer nas instalações de formação, em estado de embriaguez ou em situação que denote consumo de drogas;
  - c) Não introduzir, guardar ou consumir bebidas alcoólicas, estupefacientes ou outras drogas, nas instalações da Escola ou no local onde decorre a formação;
  - d) Não se ausentar do local da formação sem autorização de responsáveis da Escola ou Entidade Formadora.
3. A violação grave ou reiterada dos deveres do formando referidos nos números anteriores são suscetíveis de aplicação de sanções disciplinares e conferem à entidade formadora o direito de resolver o Contrato de Formação, cessando imediatamente todos os direitos dele emergente.

## **CAPITULO III**

### **CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO DAS ACÇÕES DE FORMAÇÃO**

#### **Secção I**

#### **PRINCIPIOS GERAIS**

#### **Artigo 6º**

#### **(Horário)**

A definição do horário da ação de formação é da responsabilidade da Direcção da Escola ou Centro de Formação, que procederá à sua afixação nos locais de formação.



### **Artigo 7º** **(Feriados e Férias)**

1. Nos feriados obrigatórios legalmente estabelecidos e nos feriados municipais, serão suspensas as atividades de formação pela entidade formadora, sem prejuízo dos apoios consignados no contrato de formação e nos termos dos normativos e da legislação em vigor.
2. Por cada ano completo de formação considerando-se para este efeito **ações com duração igual ou superior a 1200 horas**, os Formandos, podem beneficiar de um ou mais períodos de férias, no máximo de 22 dias úteis, no decurso da ação e nunca após a sua conclusão, quando a planificação da ação aprovada pela entidade formadora assim o preveja, **sem perda dos apoios** consignados no Contrato de Formação e sem prejuízo dos normativos aplicáveis.
3. No âmbito do Sistema de Aprendizagem, o período de férias é, de igual modo, de 22 dias úteis por cada ano de formação.

### **Secção II** **ASSIDUIDADE, PONTUALIDADE E FALTAS**

#### **Artigo 8º** **(Assiduidade e Pontualidade)**

1. O Formando deve comparecer no local da formação, nos horários previamente estabelecidos, devendo a assiduidade ser registada em documento próprio.
2. O Formando deve frequentar a sessão a que compareça com atraso devendo o formador advertir o formando e anotar esse facto em documento próprio.
3. Entende-se como atraso a ausência registada até 10 minutos após o início da sessão. Ultrapassado este limite deve ser considerada falta.
4. Em situações ocasionais e na primeira hora do dia, pode ser concebida ao Formando, uma tolerância de 10 minutos, quando não se verifique a prática reiterada de atrasos.
5. Se no período de um mês ou no decurso de ações de formação de curta duração, o Formando comparecer atrasado por 3 vezes no mesmo domínio sem justificação, no início da sessão de formação, ser-lhe-á marcada uma falta injustificada. A marcação destas faltas motivadas pela prática reiterada de atrasos terá lugar por domínio da Unidade capitalizável do Itinerário de Qualificação, por domínio do Ano no Sistema de Aprendizagem e por ação na formação contínua, ficando a cargo dos respetivos formadores.



6. Quando a situação referida no número anterior se verificar ou nos casos de prática reiterada de atrasos por parte do (s) Formando (s) devem os Formadores dar conhecimento desta.
7. Ocorrência à Unidade de Formação ou responsável da ação, para que seja acionado um processo de acompanhamento por parte da Equipa Técnico-pedagógico da Escola ou Centro Formadora.

### Artigo 9º (Faltas)

1. Nos termos do presente Regulamento, a falta é entendida como a ausência do formando **durante uma ou mais horas de formação no período normal/diário de formação**, sendo classificada como justificada ou injustificada.
2. Para efeitos de **contabilização das faltas** considera-se como referencia, um “**dia completo**”, que corresponderá à ausência do Formando durante **um período completo normal/diário de formação seguido** ou ao **somatório do número de horas de faltas interpoladas** até perfazer a carga horária normal/diária da respetiva ação de formação.
3. As faltas, se previsíveis, devem ser comunicadas à Escola com a antecedência de 2 (dois) dias e, logo que possível e por qualquer meio, não sendo previsíveis. O desrespeito do dever de comunicação ou a falta de comprovativos acarreta a injustificação da falta. Os respetivos comprovativos devem ser entregues na Escola num prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, após o início da ocorrência.
4. Desde que devidamente comprovadas serão justificadas as faltas motivadas por:
  - a) Doença ou acidente nos termos da legislação laboral e normativos legais específicos em vigor, com as necessárias adaptações;
  - b) Proteção na maternidade e paternidade, designadamente nascimento de filhos e assistência a filhos, nos termos da legislação laboral e normativos legais específicos em vigor, com as necessárias adaptações.
  - c) Assistência à família, nos termos da legislação laboral e normativos legais específicos em vigor, com as necessárias adaptações;
  - d) Falecimento de cônjuge ou parentes, nos termos da legislação laboral e normativos legais específicos em vigor, com as necessárias adaptações;
  - e) Casamento até 5 (cinco) dias úteis;
  - f) Cumprimento de dever legal inadiável que não admita substituição e pelo tempo estritamente necessário ao seu cumprimento, designadamente, inspeção militar, tribunal e polícia;
  - g) Outros casos de força maior devidamente comprovados a analisar pela **Equipa Técnico-pedagógico** e aprovados pelos diretores da escola.
5. **São consideradas justificadas as faltas dadas até 5% da respetiva duração total da formação** (Ação/Percurso do Itinerário de Qualificação inicial ou Profissional ou do Ano no Sistema de



Aprendizagem), sem prejuízo de ser definido um limite superior quando a formação se dirija a pessoas portadoras de deficiência, nos termos da legislação aplicável.

6. **São consideradas injustificadas as faltas** não previstas no número 5 deste artigo, **bem como as previstas no nº 5 do art. 8.º e n.º 2 do art. 24.º do presente Regulamento**, entendendo-se que a prática de **5% de faltas injustificadas** sobre a respetiva duração total da formação (Ação/Percurso do Itinerário de Qualificação inicial ou Profissional ou do Ano no Sistema de Aprendizagem), **determina a rescisão do Contrato de formação**, depois de ouvida a **Equipa Técnico-Pedagógica**.
7. **O limite máximo de faltas, justificadas e injustificadas, não pode exceder 10% da respetiva duração total da formação** (Ação/Percurso do Itinerário de Qualificação inicial ou Profissional ou do Ano no Sistema de Aprendizagem).
8. O limite de **5% de faltas justificadas** ou de **3% de faltas injustificadas** sobre a duração total da formação (Ação/Percurso do Itinerário de Qualificação inicial ou Profissional ou do Ano no Sistema de Aprendizagem), deve funcionar como **indicador de alerta**, de modo a serem acionados os mecanismos de ação preventiva que forem considerados necessários pela **Equipa Técnico-Pedagógica**, **devendo o Formando ou, no caso de ser menor, o seu representante legal, ser informado por escrito do registo desta ocorrência**.
9. **O Formando que atinja os limites máximos estabelecidos** nos números 6 ou 7 do presente artigo, **só pode continuar a frequentar a formação mediante proposta ou parecer escrito da Equipa Técnico-Pedagógica**, que deve ter em conta, nomeadamente, os seguintes fatores:
  - a) Evolução do processo de aprendizagem do formando;
  - b) Fatores que condicionam o grau de integração do formando no ambiente da Escola, bem como as implicações desta situação no seu projeto pessoal e profissional;
  - c) Plano de Acompanhamento
10. O disposto nos números 8 e 9 do presente artigo aplica-se à generalidade dos formandos, sem prejuízo de ser adotado procedimento diverso nas ações de formação contínua e formação de formadores.

### Secção III SEGURANÇA E HIGIENE

#### Artigo 10º (Segurança, Higiene e Saúde)

1. É dever fundamental do Formando cumprir em absoluto as prescrições sobre segurança, higiene e saúde no trabalho.
2. Na frequência das ações, o Formando deve utilizar corretamente os meios de proteção individual e/ou coletiva, determinados pela natureza das operações que tem que executar no decurso da formação, previstos pelas disposições legais em vigor e pelo presente regulamento, os quais terão, obrigatoriamente, de ser postos à sua disposição.





3. As prescrições complementares de segurança, higiene e saúde, que sejam entretanto emitidas, são de aplicação imediata a todas as ações de formação promovidas pela Escola.
4. Constitui infração para efeitos disciplinares, a não observância por parte do formando, das prescrições de segurança, higiene e saúde referidas nos números anteriores.

## Secção IV ACIDENTES OCORRIDOS NAS ACTIVIDADES DE FORMAÇÃO

### Artigo 11º (Seguro)

1. Os **Formandos** têm direito a um **seguro** contra acidentes, ocorridos durante e por causa da Formação, **na modalidade de acidentes pessoais**, devendo ser devidamente informados dos riscos cobertos pela seguradora.
2. Os **Formandos empregados e trabalhadores independentes**, que por sua iniciativa frequentem ações de formação **sem autorização expressa da entidade empregadora** são, de igual modo, abrangidos pela apólice de seguro dos Formandos na modalidade de **acidentes pessoais**.
3. Os formandos empregados que frequentem ações de formação desenvolvidas pela entidade patronal ou outros operadores, encontram-se abrangidos pela apólice de seguros por acidentes de trabalho quando o acidente

## CAPITULO IV REGIME DISCIPLINAR

### Secção I EXERCÍCIO DO PODER DISCIPLINAR

#### Artigo 16º (Competência Disciplinar)

1. O poder disciplinar nos termos do art. 18º do presente Regulamento é da competência dos respetivos Diretores da escola.
2. A decisão final de aplicação da medida disciplinar definida na alínea e) do nº 1 do art. 18º e art. 25º do presente Regulamento é da **exclusiva competência** dos Diretores da Escola.
3. Cabe sempre ao formando o recurso hierárquico, nos termos da legislação em vigor.



### **Artigo 17º** **(Infração Disciplinar)**

1. Considera-se infração disciplinar o facto culposo praticado pelo formando com violação de algum dos seus deveres gerais ou especiais, previstos neste regulamento.
2. As infrações disciplinares podem ser consideradas simples, graves e muito graves.

### **Artigo 18º** **(Medidas disciplinares)**

1. No presente Regulamento, as medidas de natureza disciplinar aplicáveis aos formandos pelas infrações que cometam, são, em função da sua gravidade ou reiteração, as seguintes:
  - a) Repreensão oral;
  - b) Repreensão escrita;
  - c) Suspensão temporária da frequência da ação de formação;
  - d) Expulsão;
  - e) Qualquer das sanções aplicadas, o formando terá sempre que cumprir com o pagamento.
2. A medida disciplinar deve ser proporcional à gravidade da infração e à culpabilidade do infrator, não podendo aplicar-se mais do que uma pela mesma infração.
3. As medidas disciplinares são sempre registadas no processo individual do formando.
4. O disposto nos números anteriores não prejudica o direito da entidade formadora exigir indemnização de prejuízos ou de intentar o respetivo procedimento civil ou criminal a aplicar à situação em concreto.
5. As medidas disciplinares previstas nas alíneas a), b) e c) são sempre aplicadas **sem dependência de processo disciplinar**, mas com audiência prévia do formando e, no caso de ser menor, do seu representante legal.
6. As medidas disciplinares previstas nas alíneas d) e e) são sempre aplicadas **com dependência de processo disciplinar**, com audiência prévia do formando e, no caso de ser menor, do seu representante legal.

### **Artigo 19º** **(Determinação da Medida Disciplinar)**

1. A medida de natureza disciplina deve ser adequada aos objetivos de formação e proporcional à infração praticada, tendo em atenção:
  - a) A gravidade do incumprimento do dever;
  - b) As circunstâncias em que esta se verificou;
  - c) A culpa do formando;
  - d) A maturidade do formando e demais condições Pessoais, familiares e sociais.



2. No caso de haver várias infrações disciplinares, serão integradas no processo da infração mais grave ou, no caso de a gravidade ser a mesma, naquela que tiver ocorrido primeiro.
3. Havendo acumulação de infrações, aplica-se a medida correspondente à infração mais grave, funcionando as infrações seguintes como circunstâncias agravante.

### **Artigo 20º** **(Circunstâncias Atenuantes)**

São circunstâncias atenuantes da infração disciplinar:

- a) A confissão espontânea e manifestação de arrependimento;
- b) O bom comportamento anterior;
- c) A aplicação e o interesse do formando pelas atividades da formação.

### **Artigo 21º** **(Circunstâncias Agravantes)**

São circunstâncias agravantes da infração disciplinar:

- a) A premeditação;
- b) A reincidência;
- c) A acumulação de infrações;
- d) O grau de ilicitude do facto, o modo de execução deste e a gravidade das suas consequências, bem como o grau de violação dos deveres impostos ao formando;
- e) A produção efetiva de resultados prejudiciais ao interesse geral.

### **Artigo 22º** **(Repreensão oral e Repreensão escrita)**

1. A medida disciplinar de repreensão oral, aplica-se nos casos de infrações simples que envolvam comportamentos ou atitudes pouco graves, ocasionais e sem premeditação
2. A medida disciplinar de repreensão escrita aplica-se nos casos de infrações simples, embora com carácter reiterada e tendencialmente perturbadoras do ambiente de formação.

### **Artigo 23º** **(Execução de tarefas pedagógicas compreendidas no objeto da Formação)**

1. A medida disciplinar de execução de tarefas pedagógicas compreendidas no objeto da formação consignados no artigo 5.º do presente Regulamento, aplica-se nos casos de infrações simples, que revelem premeditação e que sejam perturbadoras do ambiente de formação e lesivas ou prejudiciais para a Escola:
  - a. Falta de respeito, considerada leve para com todo e qualquer pessoal da Escola;



- b. Desobediência ilegítima às ordens dadas por responsáveis pela coordenação e gestão da formação;
  - c. Não observância das disposições legais e regulamentares, designadamente as relativas às instalações bem como à arrumação, manutenção das ferramentas, equipamento e outros utensílios de utilização comum e a cargo do formando;
  - d. Prática intencional de atos lesivos de interesse patrimoniais alheios.
2. Nas situações referidas no número anterior, a medida disciplinar aplicável será de 1 dia de execução de tarefas nas hipóteses referidas nas alíneas a) e b) e nas alíneas c) e d) será fixada entre 2 a 5 dias.
3. A aplicação desta medida deve ser comunicada, por forma escrita, ao Formando e, no caso de ser menor, ao seu representante legal.

### **Artigo 24º**

#### **(Suspensão Temporária da frequência da ação de formação com perda de apoios sociais)**

1. A medida disciplinar de suspensão temporária da frequência da ação de formação com perda de apoios sociais é aplicada nos casos de infrações graves:
  - a) Desobediência ilegítima e perniciosa às ordens ou instruções dos seus superiores hierárquicos;
  - b) Falta de respeito e urbanidade para com Formandos, Formadores, representantes da Entidade Formadora ou outros intervenientes no processo formativo;
  - c) Prática ou incitamento à prática de atos de grande insubordinação ou indisciplina;
  - d) Provocação reiterada de conflitos com outros formandos;
  - e) Defeituoso cumprimento das disposições legais e regulamentares ou das ordens superiores;
  - f) Falta culposa da observância das normas de higiene, segurança e saúde;
  - g) Prática de jogos de azar ou fortuna;
  - h) Apresentação nos locais de formação em estado de embriaguez ou sob o efeito de estupefacientes ou quaisquer drogas.
2. Nas situações referidas nas alíneas a) a g) do número anterior, a medida disciplinar aplicável será de 1 a 3 dias de suspensão e no caso da alínea h) será fixado entre 3 e 5 dias, sendo as faltas consideradas injustificadas.

### **Artigo 25º**

#### **(Expulsão)**

1. A medida disciplinar de expulsão é aplicável nos casos de infrações muito graves que inviabilizem a frequência da formação por parte do formando.
2. A medida referida no número anterior é aplicada aos formandos que:
  - a) Desrespeitem reiteradamente ordens ou instruções da Direção da Escola.
  - b) Defeituoso cumprimento reiterado das disposições legais e regulamentares;



- c) Pratiquem violências físicas, injúrias ou outras ofensas punidas por lei, no âmbito dos locais de formação ou com eles relacionados;
  - d) Pratiquem intencionalmente ou com grave negligência, atos lesivos do interesse patrimonial alheio ou da Escola que, assim como de bens pelos quais estes são responsáveis;
  - e) Prestem falsas declarações, nas provas a apresentar para efeitos de frequência da ação de formação ou de percepção de quaisquer benefícios, das quais tenha resultado prejuízo para a Escola ou para terceiros;
  - f) Pratiquem ou incitem ao consumo de estupefacientes ou quaisquer drogas, nas instalações onde decorre a formação;
  - g) Pratiquem atos de sequestro ou crimes contra a liberdade de Formandos, Formadores, representantes da Entidade Formadora ou outros intervenientes no processo formativo.
3. A aplicação da medida de expulsão determina a rescisão do contrato de formação, cessando imediatamente todos os direitos deles emergentes, com efeitos à data da prática da infração disciplinar, sem prejuízo da eventual responsabilidade civil ou criminal, a que houver lugar, bem como ao pagamento integral de formação.

### **Artigo 26º**

#### **(Suspensão Preventiva do Formando)**

1. No decurso do exercício do poder disciplinar, os responsáveis pela Direcção da Escola, por proposta da **Equipa Técnico-pedagógico** pode, atendendo à gravidade do(s) ato(s) praticado(s), tomar a decisão de suspender o formando preventivamente até que haja uma decisão final, sempre que a sua presença perturbe o exercício da ação disciplinar ou de algum modo a sua presença seja considerada prejudicial para o normal desenvolvimento da ação de formação.
2. A suspensão preventiva só pode ser aplicada nas situações de infração grave ou muito grave, sem perda dos apoios convencionados até à decisão final.
3. Se no final do procedimento disciplinar se concluir pela culpabilidade do formando, sendo decidido aplicar-lhe a medida disciplinar prevista no art. 24º do presente regulamento, deve a mesma produzir efeitos à data da suspensão preventiva do formando.

### **Secção II**

#### **PROCESSO DISCIPLINAR**

### **Artigo 27º**

#### **(Procedimentos e Prazos de Notificação)**

1. O processo disciplinar é um meio de averiguação e ponderação dos comportamentos e atitudes dos formandos passíveis de serem considerados infração disciplinar.
2. As medidas disciplinares previstas nos artigos 24º e 25º do presente Regulamento, respetivamente, suspensão temporária da frequência da ação de formação com perda de apoios sociais e expulsão serão sempre aplicadas com dependência de processo disciplinar.



3. A prática dos factos suscetíveis de serem sancionados nos termos dos artigos 24º e 25º, será apurada por **instrutor**, a designar pela Direcção da Escola, através da instauração de um processo disciplinar, do qual resultará uma Nota de Ocorrência no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da sua designação pelos Diretores da Escola.
4. O formando será notificado da nota de ocorrência, sendo-lhe permitida a apresentação de defesa escrita, a indicação de testemunhas (3 por cada infração) e o requerimento de quaisquer outras diligências de prova, fixando-se para sua defesa um prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de notificação da Nota de Ocorrência, que se presume feita ao 3º dia posterior ao do registo ou no 1º dia útil seguinte a esse quando o não seja.
5. A entidade formadora, através de instrutor que tenha nomeado, procederá, obrigatoriamente, à audição do formando e, no caso de ser menor, do seu representante legal, das testemunhas de defesa arroladas, bem como a outras diligências probatórias requeridas pelo formando na resposta à Nota de Ocorrência, no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da data de receção da resposta do formando à Nota de Ocorrência, procedendo à elaboração do respetivo Auto de Declarações.
6. Sem prejuízo do disposto no número anterior, a falta de comparência do Formando e/ou do seu representante legal, nos prazos estabelecidos pelo Instrutor, não constitui nulidade do processo disciplinar, em relação aos factos que lhes são imputados.
7. O Instrutor elabora um Relatório Final, no prazo de 3 (três) dias úteis a contar da data de conclusão do Auto de Declarações, com a proposta da(s) medida(s) disciplinar(es) a aplicar, contendo a respetiva fundamentação e a apresentar aos Diretores da escola.
8. A decisão final da medida disciplinar a aplicar compete aos Diretores da escola nos termos do artigo 16º. Esta decisão deve ser tomada no prazo de 3 (três) dias úteis a contar da data de receção do Relatório Final.
9. A decisão final de aplicação da medida disciplinar deve ser registada no processo individual do formando e comunicada, por forma escrita, ao interessado e, no caso de este ser menor, ao seu representante legal.

### **Artigo 28º**

#### **(Suspensão da Execução das Medidas Disciplinares)**

1. As medidas disciplinares, com exceção da expulsão, podem ser suspensas por proposta da **Equipa Técnico-pedagógico** e por decisão dos Diretores da Escola atendendo à gravidade da culpa, ao anterior comportamento do formando e às circunstâncias atenuantes da infração.
2. O período de suspensão poderá ser fixados por um prazo até 6 meses, a contar da data da notificação da decisão, considerando-se taticamente revogado a medida disciplinar, caso no referido período o formando não pratique qualquer outro ato passível de procedimento disciplinar.



3. A suspensão referida nos números anteriores é revogada, sempre que, no seu decurso, o formando pratique infração pela qual lhe seja aplicada nova medida disciplinar.

## **CAPITULO V**

### **CESSAÇÃO DO CONTRATO DE FORMAÇÃO**

#### **Artigo 29º** **(Formas de Cessação)**

O contrato de formação pode cessar por:

- a) Revogação por acordo das partes;
- b) Rescisão por qualquer das partes;
- c) Caducidade.

#### **Artigo 30º** **(Revogação por acordo das partes)**

1. A entidade formadora e o formando podem fazer cessar o contrato de formação por acordo.
2. A revogação pode verificar-se por motivos não imputáveis ao formando, nomeadamente, por doença, acidente, assistência à família, proteção na maternidade ou paternidade, obtenção de emprego, ou inaptidão manifesta para a ação de formação, sempre que se demonstre mediante parecer escrito da Equipa Técnico-pedagógico, a impossibilidade de o formando concluir a ação de formação com aproveitamento.
3. O acordo de cessão do contrato deve constar de documento assinado por ambas as partes e no caso do formando ser menor, pelo seu representante legal, ficando cada um com um exemplar.
4. O documento deve mencionar expressamente a data de celebração do acordo e a data da produção dos respetivos efeitos.

#### **Artigo 31º** **(Rescisão por iniciativa da Entidade Formadora)**

1. A entidade formadora pode rescindir o respetivo contrato de formação com justa causa.
2. Constituem justa causa de rescisão os comportamentos culpados do formando que, pela sua gravidade e consequências, tornem imediata e praticamente impossível a subsistência da relação jurídica de formação profissional.
3. Para efeitos do disposto no número anterior, consideram-se comportamentos culposos os que resultem da prática dos seguintes atos:
  - a) Infrações suscetíveis da aplicação da Medida Disciplinar de Expulsão, nos termos do Artigo 25º do presente Regulamento;



- b) Faltas injustificadas superiores ao limite previsto no Artigo 9º do presente Regulamento.
- 4. A rescisão por iniciativa da Entidade Formadora pode ainda verificar-se com justa causa, em resultado de comprovado desinteresse do formando pela ação de formação, por falta de aproveitamento ou pela prática de faltas justificadas superiores ao limite previsto no artigo 9º do presente Regulamento.
- 5. A rescisão é feita por escrito, devendo ser indicados os factos que a motivaram e a respetiva fundamentação, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal a que houver lugar.

### **Artigo 32º**

#### **(Rescisão por iniciativa do formando)**

- 1. O formando ou no caso de ser menor, o seu representante legal, pode rescindir o contrato de formação com justa causa.
- 2. Constituem justa causa de rescisão do contrato os seguintes comportamentos culposos da entidade formadora:
  - a) Violação dos direitos legais e contratuais do formando;
  - b) Ofensa à integridade física, liberdade, honra ou dignidade do formando punível por lei, praticada pelos representantes ou trabalhadores da entidade formadora.
- 3. A rescisão é feita por escrito, devendo ser indicados os factos que a motivaram e a respetiva fundamentação.

### **Artigo 33º**

#### **(Caducidade)**

- 1. O contrato de formação caduca nos termos gerais do direito, nomeadamente:
  - a) Com a conclusão da ação de formação para que foi celebrado,
  - b) Com a impossibilidade superveniente, absoluta e definitiva de o formando frequentar a ação de formação ou ainda de a entidade formadora a ministrar,
  - c) Quando se verifique o abandono da formação, considerando-se para este efeito a ausência do formando durante **5 dias seguidos ou 10 dias interpolados** sem motivo justificado ou sem comunicação à Escola e sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal a que houver lugar, bem como ao pagamento integral da formação.

## **CAPITULO VI DISPOSIÇÕES FINAIS**

### **Artigo 34º**

#### **(Publicidade)**

- 1. O Regulamento do formando deve estar acessível nos locais da formação





2. O Regulamento faz parte integrante do Contrato de Formação devendo o Formando ter conhecimento do mesmo quando da respetiva celebração.
3. No início da formação, o Regulamento deve ser analisado com os formandos.

### **Artigo 35º**

#### **(Alterações do Regulamento)**

Quaisquer alterações ao regulamento devem ser dadas a conhecer aos formandos pela forma disposta no nº 1 do artigo anterior.

### **Artigo 36º**

#### **(Regra Geral)**

Em tudo quanto se não encontre neste Regulamento aplicam-se os Diplomas Legais e /ou Normativos em Vigor.

### **Artigo 37º**

#### **(Formalização do Contrato de Formação)**

A formalização dos contratos de formação deve obedecer:

- a) Aos modelos aprovados pela Comissão Executiva, anexos ao presente Regulamento e que dele fazem parte integrante, quando se trate de formandos em regime de qualificação inicial e profissional;
- b) Ao modelo aprovado pela Comissão Nacional da Aprendizagem, anexo ao presente Regulamento, quando se trate de Formandos do Sistema de Aprendizagem.

### **Artigo 38º**

#### **(Aplicação)**

O presente Regulamento aplica-se a todas as ações de Formação Profissional a iniciar após a sua divulgação.